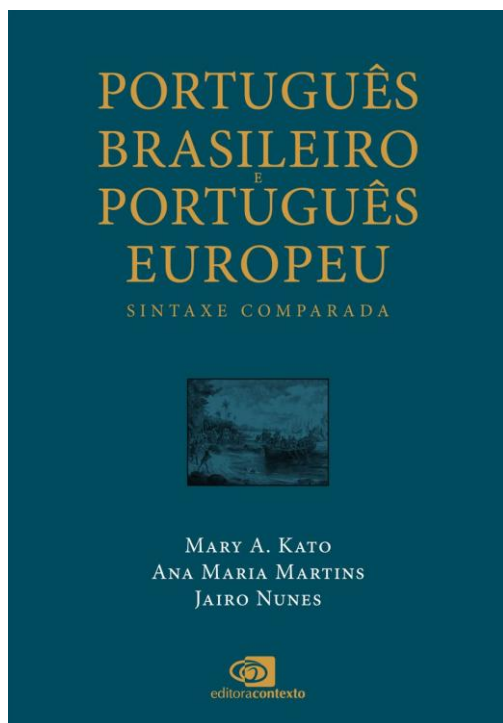


BOOKS

Mary A. Kato, Ana Maria Martins, Jairo Nunes, *Português Brasileiro e Português Europeu: Sintaxe Comparada*, São Paulo: Contexto, 2023, 383 p.



Publicado pela Contexto, editora brasileira que se tornou uma referência incontornável para os especialistas em linguística brasileira e portuguesa, o volume *Português Brasileiro e Português Europeu: Sintaxe Comparada* é a versão em português da obra *The Syntax of Portuguese*, publicada no mesmo ano na prestigiada Cambridge University Press. De acordo com os autores, dois linguistas brasileiros, Mary Aizawa Kato e Jairo Nunes, e uma linguista portuguesa, Ana Maria Martins, este volume não é uma mera tradução da obra em inglês, sendo adaptado para o público lusófono, que mostra interesse pela língua portuguesa: “A tradução foi adaptada tomando como leitores potenciais falantes nativos interessados em questões de linguagem (mas não necessariamente especialistas) [...] deixando de lado a descrição de fatos que são do conhecimento dos falantes nativos, e faz uso bastante parcimonioso (e com as devidas explicações) de

termos técnicos que não são familiares a não especialistas” (12).

A pergunta a que se procura responder ao longo deste volume não é se o português brasileiro (doravante PB) e o português europeu (doravante PE) são a mesma língua ou se são duas línguas distintas, tomando em consideração as



particularidades sintáticas de cada variedade, mas sim se alguns dos mitos em torno da língua portuguesa têm algum fundamento, depois de uma minuciosa análise comparativa da sintaxe dessas duas variedades. Aliás, o dilema *língua única vs. duas línguas* é considerado pelos autores “uma questão muito espinhosa, pois existem inúmeros significados atribuídos à palavra *língua* e as respostas podem diferir drasticamente dependendo do que se assume como definição de *língua*” (355). E, continuaríamos nós, porque a história nos ensinou que os que decidem o que é língua e o que é dialeto são os políticos, e não os linguistas.

Para comparar a sintaxe – ou a gramática – das duas variedades do português, os autores utilizam uma analogia com a classificação empregue na biologia, quando são analisadas espécies que pertencem à mesma classe ou à mesma ordem. Em termos mais mundanos, partido da velha pergunta se os jabutis e as tartarugas são a mesma coisa ou não – e, além do mais, o que significa neste caso concreto ser igual ou ser diferente –, os autores tentam responder comparando a sintaxe do PB e a do PE em seis das suas características essenciais: sistema pronominal (21-56), concordância (57-128), sujeitos nulos (129-194), ordem das palavras (195-264), objetos nulos e possessivos nulos (265-294) e afirmação, negação, interrogação *sim/não* e respostas curtas (295-348).

O primeiro capítulo analisa o sistema pronominal, uma das áreas que apresenta mais divergências nas duas variedades do português, com consequências para a concordância, o licenciamento de sujeito nulo e a ordem das palavras. A reorganização do sistema pronominal do PB (com fenómenos já amplamente estudados, como a integração de *a gente*, a eliminação de *tu* e a expansão do uso de *você*) determinou uma simplificação das distinções de caso (por exemplo, as formas dativas *lhe* e *lhes* tendem a ser substituídas em PB por formas perifrásticas, *pra ele*, *pra eles*), o que não ocorre no PE. Em contrapartida, o PE mantém uma morfologia pronominal bastante rica, que permite a distinção de caso. As diferenças são significativas para os falantes nativos, uma vez que certas ocorrências (como, por exemplo, *A Maria só pensa em si.*) são possíveis só em PE, e não em PB.

Os autores se debruçam sobre a concordância, evidenciando algumas divergências entre as duas variedades. No domínio nominal, o PB apresenta singulares nus com substantivos contáveis (por exemplo, *O João nunca compra livro usado*), a marcação do plural só no determinante (*os livro, as criança*) fenómenos que não ocorrem em PE. No que diz respeito à concordância verbal, nota-se o uso de cinco formas verbais em PE e de quatro em PB, mas deve-se acrescentar o uso prevalente de formas desprovidas de concordância em PB informal, o que na prática cria mais divergências em relação ao PE. Em PB observam-se três padrões de concordância de *a gente* (com verbo na 1ª pessoa PL., na 3ª pessoa do SG. ou na 3ª pessoa do PL.), o que assinala uma hesitação dos falantes brasileiros em relação à integração desta forma pronominal numa categoria morfológica de pessoa e/ou número.

O licenciamento diferente de sujeitos nulos em PE e PB decorre da redução da morfologia verbal em PB, por sua vez, uma consequência da reconfiguração do sistema pronominal, já amplamente analisada no primeiro capítulo. Enquanto o PE tem um

comportamento de língua *pro-drop* prototípica, em PB são mais comuns as frases com pronomes foneticamente realizados. Porém, o licenciamento nulo em PB depende de um parâmetro que os autores designam por “condição de valoração do traço proeminente”, que mostra a importância da saliência das formas verbais: “Uma dada flexão verbal Infl pode licenciar morfologicamente a elipse de um sujeito pronominal definido em português se o traço de Infl mais proeminente na escala *pessoa>número>gênero>caso* for valorado” (190). Essa abordagem explica a razão pela qual é possível ter contraparte nula do pronome *nós* em PB (a flexão verbal da 1ª pessoa do PL. é valorada), ao passo que no caso dos pronomes *você, ele/ela* e *a gente* não pode haver elipse.

A ordem canônica das palavras em frases declarativas simples em PE e PB e SVO. Outras ordens são também possíveis, mostrando o PB mais rigidez do que o PE no que diz respeito às estruturas VS, por exemplo. Em interrogativas e em frases com topicalização, o PE prefere a ordem VS, ao passo que o PB mantém na maioria dos casos a ordem canônica SVO, sendo este parâmetro “um divisor de águas entre as duas variedades” (257). Num grande número de contextos analisados (frases finitas ou não finitas), o PB mostra-se mais rígido quanto à ordem dos constituintes do que o PE. Outro fenómeno de divergência, nomeadamente a colocação de clíticos, salienta que em PE a ênclise é o uso *default*, ao passo que em PB o *default* é a próclise; os clíticos fundidos do PE, como *lho(s), lha(s), no-lo(s), vo-lo(s)*, não ocorrem em PB.

O PB apresenta uma distribuição mais ampla de objetos nulos, ao passo que o PE mostra uma maior possibilidade de licenciamento de possessivos nulos, revela o capítulo dedicado a estes fenómenos linguísticos. No que diz respeito aos objetos oblíquos nulos, o PB apresenta mais casos que permitem este tipo de licenciamento.

Tanto o PE, como o PB permitem o uso de verbos e de advérbios como respostas a perguntas. Ambas as variedades apresentam variação na expressão da polaridade, tendo o PE um maior leque de possibilidades de expressão da afirmação, ao passo que o PB mostra um espectro mais reduzido de expressão da negação. Nota-se uma divergência no caso das interrogativas *tag*, uma vez que o PE prefere a âncora negativa, ao passo que no PB é muito mais comum a retoma do verbo conjugado (por exemplo, *A Maria não fala bem inglês, pois não?* em PE vs. *A Maria não fala bem inglês, fala?* em PB) (325). Destacamos a explicação muito clara dos significados opostos da expressão *pois não* em PB, em função da entoação (344): a entoação ascendente é usada para convidar o interlocutor a intervir na conversação, ao passo que a entoação descendente é uma resposta a uma solicitação de serviço.

O volume *Português Brasileiro e Português Europeu: Sintaxe Comparada* é sem dúvida uma obra necessária, na medida em que se apresenta como uma primeira tentativa de analisar de forma sistemática e coerente a sintaxe do PE e do PE em alguns dos seus aspetos onde se observam divergências. Baseado em análise de corpora, o volume apresenta de forma clara – e por vezes divertida, sobretudo nas analogias com a taxonomia biológica, usada pelos autores ao longo dos capítulos – e sem excesso de metalinguagem fenómenos linguísticos que interessam tanto os especialistas, como os falantes. Destacamos a ampla bibliografia atualizada, que dá conta de estudos mais

recentes sobre a sintaxe de ambas as variedades, sobretudo na ótica da gramática generativa (ou gerativa). A obra pode ser útil aos investigadores, mas também aos professores de português (L1 ou L2) que queiram trazer para a sala de aula informações atualizadas e explicações pertinentes sobre a sintaxe da língua portuguesa, sobretudo no que diz respeito às duas das suas variedades mais estudadas, o português europeu e o português brasileiro.

Veronica MANOLE 

Universidade Babeş-Bolyai, Cluj-Napoca, Roménia

E-mail: veronica.manole@ubbcluj.ro